

se estuda para saber sobre o socorro prestado à pessoa, se foi adequado, porque existem alguns antídotos usados no caso do cianeto. A gente já tem um resultado do laboratório de toxicologia sobre isso, só que ainda não foi disponibilizado para a gente terminar a conclusão do laudo, mas isso a gente vai conseguir fazer com bastante brevidade para poder passar para você isso nos próximos dias, dr. José Duarte, delegado titular da 1ª DP, delegacia que está presidindo o inquérito policial.

O local de eleição, de acordo com os depoimentos que já tinham sido colhidos em sede policial, onde ele teria se iniciado, seria em um depósito de material descartável localizado no quarto andar; nesse local de eleição nós não conseguimos chegar porque houve o desabamento de uma parte do teto, e, com isso, nós não conseguimos passar. Então, nesse dia 20 nós conseguimos realizar a perícia até ali.

Foi entendido sobre a necessidade de que houvesse um escoramento do local, que fosse feito um escoramento, e, se fosse o caso, retirar-se-ia todo o entulho, levando-o para uma área livre para ser examinado; depois, houve a participação da pessoa jurídica da empresa Quatro por Quatro, eles contrataram uma empresa e houve esse escoramento. Parece-me que esse escoramento levou em torno de uma semana e, após a conclusão desse escoramento, a equipe do ICE retornou local para que fosse feita a perícia que nós entendíamos que seria necessária para se ter uma conclusão objetiva. Esse laudo ainda não foi entregue em minha mão, ainda não foi juntado ao inquérito policial, eles estão em fase de conclusão.

Nós ouvimos, na primeira semana, entre o dia 21, segunda-feira, e o restante dessa semana, todos os sete funcionários da Casa que estavam presentes no início do alarme do incêndio. Era gerente, era porteiro, era o responsável por serviços gerais, faxineiros, enfim, todos eles. Em síntese, porque também não me lembro tudo que foi dito por eles, mas a sra. Edna, a gerente - salvo engano, é Edna -, foi a primeira pessoa que teve o contato visual com esse foco de incêndio. Ela falou que se dirigiu ao quarto andar, que na verdade é quarto andar, mas tem uma subdivisão, que seria um sótão, que alguns falam que é o quinto andar. E nesse local tem uma parte do recinto que é destinada à guarda de material, segundo eles guardanapos, talheres plásticos, material de limpeza, alguns comestíveis, como azeite e vinagre. Então, era isso que se guardava ali naquele depósito. Esse depósito constitui um espaço de aproximadamente três ou quatro metros quadrados, tem dois pontos de eletricidade, onde tem duas lâmpadas e um interruptor lá dentro; não foi relatada presença de gás, presença de um material supostamente inflamável.

Chegando ao local, vestiram o equipamento obrigatório, cada um portando sua máscara, seu oxigênio, adentraram o local e foram recebidos pela responsável, sra. Edna. Uma breve entrevista visando saber o local do fato. Em seguida, eles procuram evacuar, tirar os civis do recinto. Os outros integrantes da equipe vão procurar estabelecer corte de energia elétrica, corte de gás, procurar saber nos prédios ao lado onde tem hidrante que possa ser usado em caso de necessidade. As tarefas são divididas dessa maneira.

Após essa entrevista, cinco militares se dirigiram para esse local que foi apontado como de início do incêndio. Foi o subtenente Montserrat, que era o comandante dessa operação. A patente, não me lembro, parece que era o sargento Geraldo, o sargento Pereira, outro militar Magalhães e outro subtenente Ferreira. Eram cinco. Eles foram até o andar apontado. A missão do subtenente foi a de estabelecer o que eles chamam de linha de combate, linha de incêndio, ou seja, por onde vão passar as mangueiras do carro-pipa. Eles procuram localizar os preventivos, aquelas caixas de incêndio. Um tem essa missão.

Eles começaram a combater não propriamente no foco do incêndio porque, na aproximação, tinha uma porta e eles fizeram o serviço de resfriar essa porta. Eles ficaram combatendo nessa porta, tentando resfriar o ambiente.

O subtenente estabeleceu qual seria o método do primeiro combate e, em seguida, saiu do recinto, desceu para a portaria com a finalidade de passar as primeiras informações para o controle central, através do rádio que eles possuem. A equipe possui um rádio transmissor e esse rádio que fala com duas pontes, com a equipe e com o centro de comando. Ele desceu, passando as informações iniciais, as análises que ele fez inicialmente e, na análise dele, o local, apresentaria o incêndio chamado classe A, ou seja, não era um incêndio de grandes proporções, que possui material inflamável. É um incêndio no local em que vai se encontrar madeira, plástico, esse tipo de material. E conseguiu estabelecer essa linha de combate ao incêndio através das mangueiras.

Ele subiu e desceu três vezes fazendo esse serviço e os outros lá em cima combatendo, resfriando essa porta. Na segunda descida, ele já encontrou dois bombeiros, o Clerton e o Pereira, que já estavam trocando equipamento de respiração. Esse equipamento tem uma capacidade variável de meia hora, variável de acordo com a respiração - uns respiram mais forte que outros, então, em média leva meia hora o consumo desse oxigênio. E possui uma válvula de segurança, através de um sinal sonoro ela avisa quando a capacidade está chegando ao final, em torno de uns cinco minutos que ainda sobram.

Nessa segunda descida, ele presenciou o bombeiro Clerton e o Pereira, que já estavam efetivando essa primeira troca. Eles conversaram, todos tinham essa noção de que era um incêndio de classe A, de gravidade, na óptica deles, não muito grande. Ele aproveitou e já trocou o equipamento dele de segurança. Estava ali estabelecendo a maneira de como prosseguir no combate ao incêndio, como chegariam lá, sobre a necessidade ou não de mais gente no local, quando o rádio de um desses bombeiros, me parece que foi o do subtenente Ferreira, eles ouviram o pedido de socorro do soldado, a patente eu não me lembro, do Geraldo, pedindo socorro que ele estava sem oxigênio e não estava conseguindo localizar a saída do prédio. Imediatamente, o subtenente Montserrat, na companhia do Pereira e do Clerton, assim como do Magalhães, adentraram o prédio para começar a procurar o bombeiro Geraldo. Procuraram, procuraram e o Subtenente Ferreira e o Montserrat encontraram o Geraldo desfalecido. Não souberam informar se nesse momento ele estava ou não usando a máscara, estava com equipamento, mas eles não souberam informar se a máscara estava ou não sendo usada naquele momento ali.

Então, depois que eles conseguiram efetivar ou concluir o atendimento desse primeiro bombeiro, do Geraldo, é que eles deram por falta, cadê os outros? Cadê os outros três? E chama pelo rádio e não tem resposta. Aí outras pessoas, outros bombeiros que estavam do lado de fora também entraram, veio mais uma equipe do quartel central, no qual ele era lotado, veio uma equipe também do quartel de Vila Isabel e todos adentraram no prédio na tentativa de localizar os outros três. E, posteriormente, foram encontrando: o segundo a ser encontrado foi o Clerton, já no terceiro andar, ou seja, um andar abaixo de onde eles ficaram inicialmente no combate lá, no resfriamento da porta; o terceiro foi o Magalhães e, por fim, o sargento Pereira. Todos eles com equipamento, sendo que dois foram encontrados com a máscara conectada ao rosto. E procederam ao socorro e tudo, conseguiram resgatar os quatro do local do incêndio e, posteriormente, voltaram para o combate. O subtenente, em razão disso, teve problemas de continuar na operação, foi orientado pelo pessoal que ele também procurasse atendimento médico porque o negócio ali já ia ficar por conta das equipes que estavam sucedendo ali no local.

Dúvida os bombeiros que trocaram os equipamentos e subiram para resgatar o Geraldo, foram encontrados quanto tempo depois.

Não foi feito exame pericial nos equipamentos de oxigênio para atestar regular funcionamento.

Mas a secretaria me respondeu que, em razão do rodízio que é efetivado, eles vão com aquele equipamento e, logo em seguida, vai um caminhão com suprimento para ir trocando. Então, naquele momento, eles não tinham condições de individualizar qual equipamento foi usado por quem. Em razão disso e também em razão do uso contínuo, por exemplo, se eu tiro o material hoje da unidade militar, praticamente aquela unidade vai ficar defasada para atendimento, então, em razão disso, também não houve o exame que eu pretendia fazer, que era o exame pericial nos equipamentos.

Excelência, baseado na informação do perito, eu respondo que não tem condições. Por quê? Porque no sábado, quando eu estive lá no local, no local do desabamento, o perito me informou, ele falou: está vendo aqui, doutor? Incêndio é por gravidade, ou seja, começou lá em cima e veio se propagando - que eles chamam, o linguajar técnico, por gravidade - nos andares inferiores, tanto no primeiro, no segundo, não há sinais de chama, de fuligem. Só no terceiro em diante. Agora, nós não... Só depois de escoramento. Também nem sei se conseguiram chegar lá definitivamente. Mas até os três dias que eu fui lá no local, por não conseguir chegar efetivamente na área de eleição, não tenho essa resposta ainda por razão da ausência do laudo, mas lá, volto a reiterar, no local lá, o perito me explicou, foi incêndio causado por gravidade, começou lá em cima e veio se propagando para os andares inferiores.

Então, eles narram alguma coisa que por razão disso, e em razão também da quantidade de fumaça, eles não tenham encontrado o caminho da saída.

CREA:

Em relação à Quatro por Quatro, nossa vizinha de parede, e nós temos conhecidos, porteiros, são amigos nossos, e tudo, eles têm várias ARTs, é anotações de responsabilidade técnica, que tem profissionais responsáveis por ela. Cabe à gente fiscalizar o exercício profissional. Eles tinham autovistoria, tinham ARTs de prevenção contra incêndio, dos equipamentos. Para a gente, eles estavam em dia. E até os bombeiros - e, aí, eu acompanhei todos os dias que os bombeiros estiveram lá, inclusive em um dos dias eles ficaram dentro do prédio para passar a noite no prédio, usaram nossa caixa d'água, nossas mangueiras, porque acho que é obrigação nossa ajudar os bombeiros.

É extremamente importante essa lei municipal aí da autovistoria, agora ela tem que ser feita corretamente, não fingir que faz e o síndico fingir que paga. Isso é que a gente tem que ver.

Tem um PL que está... Parece que - não sei o nome do deputado agora - propondo que autovistoria possa ser feita por um técnico de edificações, por exemplo. Bom, pela nossa legislação, o técnico tem direito a fazer trabalhos até 80 metros quadrados. E a autovistoria é a partir de 1.000 metros. Então é isso tem que ser colocado. A gente tem que botar as pessoas certas para fazer aquilo que entendem, não é... Eu não vou fazer uma autovistoria da parte civil. Eu nunca fiz uma autovistoria. Agora, tem que fazer o profissional que estudou para aquilo.

- o acionamento do Corpo de Bombeiros foi às 11h26 da manhã e o despacho às 11h27:32s. A chegada ao local às 11h50

O SR. SARMENTO - São três documentos, na verdade. Para edificações de reunião de público - no que ele se enquadra, essa edificação. O que seria reunião de público? Teatros, boates, cinemas, isso nós consideramos edificações de reunião de público. A edificação deve possuir: laudo de exigências e certificado de aprovação. O certificado de registro é específico para locais de reuniões de público, mas o certificado de registro vai realmente solicitar, além do que foi solicitado na aprovação, pode ser que, aí sim, pode ser solicitado um certificado de ignifugação. Mas não necessariamente as documentações que foram apresentadas no certificado de aprovação são as mesmas do certificado de registro. Por exemplo: se eu estou abrindo uma boate. Estou iniciando ela. Eu ainda não tenho alvará. Isso significa que eu não posso tirar sem esperar aprovação? Não. Eu tiro sem esperar aprovação, mas para o certificado de registro já há necessidade do alvará. São exigidas outras documentações além das que são exigidas no certificado de aprovação. Aí, há outra avaliação. O certificado de registro é para a gente comprovar, e por isso ele é anual, e dada a característica da arquitetura e do grau de risco da edificação, é tudo com o bombeiro. Anualmente possa verificar que não foram alteradas as características arquitetônicas, que não foi feito nenhum tipo de modificação e que ele está cumprindo as condições de segurança.

O senhor só pode tirar o CR depois que estiver aprovado. Ele é parte, o certificado de aprovação constituiu um dos documentos que o certificado de registro solicita para que possa ser emitido.

O SR. RODRIGO AMORIM - Três: certificado de aprovação, certificado de registro; e o terceiro?

O SR. SARMENTO - Não, laudo de exigências, que vai exigir tudo o que a edificação deve possuir no que diz respeito à segurança e condições(?) de pânico(?).

O SR. SARMENTO - Dá entrada, se inicia ali. Aí, o Corpo de Bombeiros vai dizer: preciso ter isso, tantos extintores, tantas caixas de incêndio, tantas mangueiras, de uma forma bem simples.

O SR. RODRIGO AMORIM - Para fazer a especificação técnica.

O SR. SARMENTO - Do que vai precisar. Após isso, é vistoriado. Constatadas as condições de segurança, se emite o certificado de aprovação. Para edificações com essas características existe um terceiro documento, que é o certificado de registro. Ele se refere à questão física e, para recebimento de grande público, o certificado de registro.

O SR. SARMENTO - Sim, sim. É um terceiro documento que é solicitado. E eu não posso solicitar o CR sem laudo de aprovação.

Whiskeria não tinha o certificado de registro informação do Coronel abaixo:

"O SR. SARMENTO - Deputado, só para esclarecer, a gente consultou nosso sistema sobre toda a tramitação da Casa, está aqui em nossa posse. A Casa possui, sim, o certificado de aprovação e o laudo de exigência, mas o certificado de registro não consta nenhuma tramitação em nosso sistema."

O SR. RODRIGO AMORIM - Então, se já tinha durante anos anteriores, certamente, como o coronel Sarmiento fala, ele é renovável a cada ano, então, significa que o Corpo de Bombeiros detectou que, para aquele tipo de atividade, era necessário o CR, portanto, deveria ter o CR renovado anualmente; consequentemente nesse ano de 2019 deveria ter o CR válido. É o que eu depreendo do que abstrai das informações que foram prestadas até agora.

O SR. SARMENTO - São diversos processos, são vários números de processos.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Você pode mandar para a gente cópia integral?

O SR. SARMENTO - A gente já mandou as cópias. O senhor solicitou, já está...

Esse CR, eu tenho um prazo para poder tramitar isso.

Certificado de aprovação (último 2016)

SR. SARMENTO - Desde 2016, que data a última aprovação, até os dias de hoje, que não consta no nosso sistema a tramitação de CR. O mais recente é O de 2016.

O SR. O PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Nós estamos falando que 2017, 2018 e 2019 a casa funcionava de forma irregular.

O SR. SARMENTO - Aplicação de duas notificações, nós notificamos duas vezes; os autos de interdição, também.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O Corpo de Bombeiros chegou a interditar a Casa?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Chegou a interditar?

O SR. SARMENTO - Chegou a interditar. Nós temos um auto de interdição de 2013.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, de 2016 a 2019.

O SR. SARMENTO - E outro auto de interdição em 2019.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Antes do incêndio?

O SR. SARMENTO - Não. Posterior. Um antes e um depois.

Certificado de registro possivelmente nunca teve, os registros informatizados dos bombeiros, só começaram em 2010 e não consta CR, certificado de aprovação desde 2016.

SR. SARMENTO - Desde 2010. A aprovação é de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - 2013, que teve esse auto de interdição, depois como a casa foi reaberta sem continuar tendo o certificado de registro?

(Pausa)

O SR. (?) - Boa-tarde, consta em 2013, o que motivou a interdição, por não possuir, na época do relato aqui, não possuir sinalização, iluminação, manual de segurança, plano de emergência, saídas compatíveis com a atividade no reunião pública, impedimento, a gente fala obstrução das rotas de escapes; isso caracteriza um perigo iminente; então, foi por perigo iminente que em 2013 foi relatado à época o motivo pelo qual foi interdita a casa.

Então, foi por critério de perigo iminente, não um aspecto documental.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas quando se faz a fiscalização, não se analisa todos...

O SR. SARMENTO - A falta do CR, presidente, não significa que a Casa deva ser interdita, porque a aprovação já é um documento que comprova que ela está em condições de segurança contra incêndio e pane. Então, isso já é o suficiente. Para o Corpo de Bombeiros, ele não enxerga a casa estando aprovada, como um perigo iminente para uma interdição, a não ser que algo muito, por exemplo, como é o caso que, aqui provavelmente deve ter sido uma denúncia, digamos que após a aprovação retirassem todas as rotas de fuga, sinalizações; e aí sim, mesmo com a aprovação fosse constatada na vistoria algo muito gritante, que significasse um perigo iminente, e numa edificação como essa, de grande público, sinalização, tudo isso, é muito importante que possuía, caberia uma interdição. Mas a aprovação, o documento, o certificado de aprovação, não significa um perigo iminente que caiba uma interdição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O certificado de registro não é necessário ou obrigatório para funcionar.

O SR. SARMENTO - Sim, sim, é necessário e obrigatório. E essa...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mas ele não gera interdição? O que ele gera?

O SR. SARMENTO - Ele gera uma notificação. Uma notificação, para que possa se adequar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E se a pessoa não cumprir? Se a empresa não cumprir?

O SR. SARMENTO - Aí, tem todo um rito: notificação, o primeiro auto, o segundo auto...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas quantos autos foram feitos? Porque desde 2010 eles não têm!

O SR. SARMENTO - Pelo menos, nesse meu relatório não foi apurado. Eu teria que levantar realmente essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Porque se a gente tem nove anos sem o certificado que o Corpo de Bombeiros diz que é necessário, creio eu que, pelo menos uma vez por ano teria um auto de infração; e nisso nós teríamos nove autos de infrações.

O SR. RODRIGO AMORIM - É o mínimo, sr. presidente, porque poderiam voltar no mesmo período.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu estou tentando entender como a Casa funcionava sem ter o certificado. Óbvio que, uma vez não visto, não diagnosticado o certificado, se faz um auto, e aí tem um prazo hábil ali para corrigir. Agora, esse prazo, desde 2010, a gente tem que entender o que está acontecendo; porque ou teve uma variação do Corpo de Bombeiros em não fazer o fechamento dessa Casa, tendo em vista que desde 2010 não tem o CR; ou houve a expedição desse documento e a gente não tem aqui.

Então, precisamos entender o que se deu com o tema do CR, porque, a meu ver, isso é grave. É um certificado que necessita para operação da Casa. E, aí, vou voltar a pergunta para o sr. Carlos: o senhor tinha ciência de que desde 2010 não existia o documento, o certificado de registro?

O SR. CARLOS MARINHO - Não. Não tinha não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O Corpo de Bombeiros nunca notificou os senhores desse...

O SR. CARLOS MARINHO - Não. Estava no processo de laudo de exigência, depois aprovação do certificado do Corpo de Bombeiros. Já estava com ele em mãos na Casa, e esse documento aí que o senhor está falando, nós não tínhamos conhecimento disso não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O Corpo de Bombeiros anexou algum auto de infração com relação a isso entregue nessa Casa?

O SR. CARLOS MARINHO - Não. Não tem nenhum...

(Fala fora do microfone)

(Falas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Tem quem assinou a notificação de qual faltava esse documento?

(Falas paralelas)